

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 123, DE 2004,
SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA COMISSÃO ESPECIAL**

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º

Dê-se aos parágrafos 4º e 5º do art 14 do Substitutivo da Comissão Especial ao PLP nº 123, de 2004 e acrescente-se o parágrafo 6º no mesmo artigo, com as seguintes redações:

“§ 4º A restituição ou a compensação dos valores recolhidos indevidamente ou em montante superior que o devido será solicitada à Secretaria da Receita Federal, na forma definida pelo Comitê Gestor.

§ 5º A Secretaria da Receita Federal terá direito a se ressarcir da parcela correspondente aos Estados e Municípios que tenha sido restituída ou compensada, na forma definida pelo Comitê Gestor.

§ 6º A compensação somente será autorizada para pagamento de débitos tributários relativos ao Simples Nacional.”

Justificativa

O Substitutivo adotado pela Comissão Especial da Câmara de Deputados remete à Secretaria da Receita Federal a atribuição de definir a forma como serão efetuadas as restituições e compensações de valores recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido. Todavia, as citadas restituições e compensações englobam tributos de competência dos Estados, Distrito federal e Municípios, refletindo, conseqüentemente, também nas finanças dessas Unidades Federadas.

Além disso, o Substitutivo em causa permite que a compensação dos valores recolhidos a título do Simples Nacional seja efetuada na base de outro tributo não englobado no regime, o que pode, inclusive, comprometer a repartição de receita entre os entes federados, prejudicando, conseqüentemente, o pacto federativo.

Dessa forma, a presente emenda visa remeter tal definição ao Comitê Gestor, além de limitar as mencionadas compensações aos débitos tributários vinculados ao Simples Nacional.

Vale registrar que esta é uma emenda de consenso do Fórum de Secretários de Fazenda e Finanças dos Estados e do Distrito Federal.

Sala de Sessões, em de de 2006.

**Dep. JOSÉ MILITÃO
PTB - MG**

66206DAE20
66206DAE20